



L.

**ATA**

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. A Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro chegou mais tarde, estando a sua entrada assinalada. -----

Não compareceu o Vereador Hugo Miguel Alves Ribeiro, que havia sido convocado para substituir o Vereador Bruno Alberto Vieira Fernandes, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, tendo a falta sido considerada justificada. ----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Começou por manifestar o desejo de um bom regresso de férias para todos. Continuou, referindo um tema, na ordem do dia em termos nacionais, que respeita aos transportes públicos e à declaração do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a possível comparticipação governamental nas despesas com transportes públicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Disse estranhar que a medida seja aplicada só naquelas áreas metropolitanas, tendo em conta que são as únicas que, até ao momento, têm comparticipação da administração central, mencionando como exemplo as empresas Carris – Transportes

Públicos de Lisboa e STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, suportadas por todos os contribuintes. Referiu o mal-estar gerado, bem como algumas críticas à falta de equidade desta medida, referidas, nomeadamente, pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, lembrando o investimento que aquele Município anualmente faz no serviço público de transportes, na ordem dos 5 milhões de euros. Mencionou, também, as declarações do Ministro do Ambiente sobre este assunto, designadamente de que se houver financiamento do Governo ele será alargado a todo o país, contemplando comparticipação dos municípios e das comunidades intermunicipais e abrangendo apenas as deslocações intermunicipais e não intraconcelhias. A propósito, acrescentou que o que importa discutir para o concelho de Guimarães são precisamente as deslocações intraconcelhias. Disse que este modelo de financiamento de transportes públicos pelo orçamento municipal foi o defendido sempre pelo PSD-CDS em detrimento do modelo utilizador-pagador. Por último, perguntou qual era a posição do Presidente da Câmara nesta matéria. -----

**2 – Vereador António Monteiro de Castro** – Desejou, também, um bom regresso de férias a todos. De seguida, referiu uma notícia, publicada recentemente no *Guimarães Digital*, onde é anunciada a criação de uma nova artéria em Guimarães, no percurso compreendido entre a Av. D. João IV e a Academia de Ginástica, aproveitando a presença da Ecovia. Disse ter ficado satisfeito com a notícia, dado tratar-se de um projeto importante que permite descongestionar a Av. D. João IV do intenso tráfego em determinados períodos do dia. Contudo, disse que a abertura desta via originará alguns constrangimentos, podendo ocorrer a necessidade de demolição parcial de alguns troços da Ecovia, tendo defendido que o projeto da nova via deveria ter sido elaborado em simultâneo com o da Ecovia. Referiu, a propósito, a importância de resolver os acessos de quem



1.

se desloca da zona sul do concelho e a solução apontada pelos Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães através de uma ligação da rotunda da Av. D. João IV à rotunda de Urgezes. -----

**3 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: a) -**

Quanto ao modelo de transportes, disse que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) já havia assumido uma posição em representação dos municípios fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, visto que nenhum está de acordo que aquela medida seja apenas destinada aos municípios que pertencem àquelas áreas metropolitanas. Acrescentou que o modelo de transporte público em Guimarães tem uma situação diferente do de Braga, já que este é assumido por uma empresa municipal. Disse não entender como é que os fundos comunitários se destinam apenas a empresas de transportes e não aos municípios que queiram assumir o transporte de passageiros. Disse, ainda, que tinha sido encomendado um estudo técnico ao especialista Álvaro Costa tendo em vista escolher o modelo de transportes mais adequado para Guimarães que premeie a coesão territorial concelhia e a mobilidade elétrica. Por último, disse que Guimarães, de imediato, transmitiu a sua posição à ANMP; b) - Sobre a nova via, disse que foi elaborado o estudo do canal seguindo-se, agora, o estudo preliminar, acrescentando que, em momento algum, aquela artéria poderá prejudicar a Ecovia. Informou que a ligação compreenderá percurso pedonal, separador vegetal e novo arruamento, considerando-a muito importante para o descongestionamento da Avenida D. João IV. Disse, ainda, que, se for possível regredir tudo o que estava previsto para a encosta de Vila Flor (Urgezes), nos terrenos localizados na parte posterior da Estação de Caminho-de-ferro, será pensada uma via estruturante de ligação da Rua António da Costa Guimarães, em Urgezes, à rotunda da Avenida D. João IV. Apontou um outro estudo que está a ser desenvolvido

para a saída da autoestrada em Pinheiro para ligação à zona de Mesão Frio, que servirá para fechar a Circular Urbana, acrescentando que todos os projetos serão submetidos a estudo de impacto ambiental. -----

**Pelas 10:45 horas chegou a Vereadora Maria Helena Soeiro.** -----

-----**VOTOS DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de três Votos de Louvor, de acordo com os textos que a seguir se transcrevem, o que foi aceite por unanimidade: -----

**VOTO DE LOUVOR – ATLETAS CARLOS DAVID MARTINS E JOÃO PEREIRA –**

Presente a seguinte proposta: “O atleta vimaranense **Carlos David Martins** sagrou-se Campeão Mundial Universitário de BTT – Downhill, no passado dia 3 de agosto, no Monte de S. Salvador em Armil (Fafe), tendo o também atleta vimaranense **João Pereira** alcançado o terceiro lugar. David Martins e João Pereira representam a equipa vimaranense Getpro/Linhas Afemar/Torcatense e são alunos, respetivamente, do curso de Engenharia Mecânica do Instituto Politécnico de Coimbra e do curso de Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores da Universidade do Minho. Natural de Urgezes, David Martins é o atual Campeão Nacional Universitário de Down Hill e conquistou, além de outros resultados relevantes, o título de Campeão Nacional de Enduro (2014) e as Taças de Portugal de Enduro (2016) e de Down Hill (2014). João Pereira, vice-Campeão Nacional, vice-Campeão Nacional Universitário e Campeão do Minho de Down Hill, já venceu diversas provas da Taça de Portugal e alcançou resultados meritórios em provas internacionais. Estas relevantes conquistas a nível internacional são amplamente merecedoras de reconhecimento público, que proponho seja expresso através da aprovação do presente Voto de Louvor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE KARATÉ PORTUGAL –**



1.

*[Handwritten signature]*

**ATLETAS FLÁVIA RIBEIRO, GONÇALO FREITAS E INÊS FERREIRA** – Presente a seguinte proposta: “Os atletas vimaranenses **Flávia Ribeiro** (categoria de Seniores -68 kg), **Gonçalo Freitas** (categoria de Juniores -76 kg) e **Inês Ferreira** (categoria de Juniores - 59 Kg), sagraram-se Campeões Mundiais de Karaté Wado Kai, na competição de Wado Kai All Nations Championships, nome atribuído ao Campeonato do Mundo de Karaté Wado Kai. Esta prova decorreu nos dias 25 e 26 de agosto, em Leicester, Inglaterra, contou com delegações de cerca de 30 países dos 5 continentes, tendo Portugal arrecadado 5 Medalhas de Ouro, 9 de Prata e 11 de Bronze. O vimaranense **Leandro Cunha** obteve ainda a medalha de Bronze na categoria de Juniores - 68 kg. Estes atletas representam a Associação Juvenil de Karaté Portugal, com sede em Guimarães, sendo estas relevantes conquistas a nível internacional amplamente merecedoras de reconhecimento público, que proponho seja expresso através da aprovação do presente Voto de Louvor.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR –FRANCISCA JORGE E MATILDE JORGE** – Presente a seguinte proposta: “A atleta vimaranense **Francisca Jorge** sagrou-se Campeã Nacional em ténis feminino no escalão de sub-18, no passado dia 1 de setembro, com a vitória na final do Torneio Lousada Ténis Atlântico. No jogo da final, a atleta Francisca Jorge levou a melhor sobre a adversária por 6-1 e 6-0. Foi a terceira vez que a vimaranense conquistou o título de campeã nacional de juniores. Para além do título singulares, **Francisca Jorge** e a sua irmã **Matilde Jorge**, garantiram ainda o título no Campeonato Nacional de Juniores em pares, em prova realizada no passado dia 1 de setembro. Estas relevantes conquistas são amplamente merecedoras de reconhecimento público, que proponho seja expresso através da aprovação do presente Voto de Louvor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de agosto de 2018, que aprovou a conta final respeitante à empreitada designada por **“Ciclovia – Fase 1 – Obras inerentes à alteração de propriedade”**, adjudicada a Sinop – António Moreira dos Santos SA, pelo valor de €183.834,81 + IVA, bem como os autos de medição e o auto final nos valores, respetivamente, de €183.834,81 + IVA e de €65.916,05 + IVA. -----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de agosto de 2018, que concordou com a designação de João Ricardo de Carvalho Pacheco para integrar o júri do concurso relativo à empreitada designada por **“Obras de beneficiação de edifício para instalação da Revenda Grossista de Horários – Creixomil”**, considerando que, à data, se encontravam em gozo de férias 2 elementos e que se verificou um conflito de interesses com um dos concorrentes relativamente ao 3.º elemento do júri, invalidando a constituição de um júri com 3 elementos efetivos. -----

3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de agosto de 2018, que aprovou a repartição de encargos da empreitada designada por **“Obras de beneficiação de edifício para instalação da Revenda Grossista de Horários – Creixomil”**, da seguinte forma: Ano de 2018 - €182.775,45 + IVA = €193.741,98; Ano de 2019 - €36.545,36 + IVA = €38.738,08. -----

4. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de agosto de 2018, que adjudicou a empreitada designada por **“Obras de beneficiação de edifício para instalação da Revenda Grossista de Horários – Creixomil”** a “Tecnocampo – Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.”, pelo valor de €219.320,81 + IVA, para um prazo de execução de 120 dias. -----

5. **Estrutura de Missão para o Desenvolvimento Sustentável – Guimarães 2030** – O Presidente da Câmara informou que este assunto iria ser retirado da Ordem de Trabalhos porquanto necessita de ser alterado e,





posteriormente, submetido a votação em reunião de Câmara. 6. Do Relatório de Acompanhamento do Plano de Riscos e Infrações Conexas 2017, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 2018.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Maria Helena Soeiro não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS - ECOVIA DE GUIMARÃES – 1ª FASE – CONTA FINAL –** Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 2 de agosto de 2018, foi aprovada a conta final e o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa “M. Couto Alves, S.A.”, nos valores, respetivamente, de €2.337.293,02 + IVA e de €313.123,93 + IVA. Considerando a informação técnica de 24 de agosto de 2018, em anexo, propõe-se a revogação daquela deliberação e a aprovação da conta final, datada de 29 de agosto de 2018, bem como do auto final da obra em assunto, nos valores respetivamente de €2.323.514,65 + IVA e €299.345,56 + IVA.” A informação técnica e a conta final dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – 2017 – CONTA FINAL –** Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 2 de agosto de 2018, foi aprovada a conta final e o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa “M. Couto Alves, S.A.”, nos valores, respetivamente, de €3.589.325,88 + IVA e de €32.083,10 + IVA. Considerando a informação técnica de 28 de agosto de

2018, em anexo, propõe-se a revogação daquela deliberação e a aprovação da conta final, datada de 29 de agosto de 2018, bem como do auto final da obra em assunto, nos valores respetivamente de €3.583.869,78 + IVA e €-5.456,10 + IVA.” A informação técnica e a conta final dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS –**

**REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a seguinte proposta: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de 3.800.000€ destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.3.07. Com vista a ser adjudicada a empreitada ao “**Consórcio Costeira – Engenharia e Construção, SA/N.V.E. Engenharias, SA**” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 31/08/2018, pelo preço de **€11.498.848,88 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: ano de 2018 – €166.754,22 + IVA = €176.759,47; ano de 2019 – €7.638.548,65 + IVA = €8.096.861,57; ano de 2020 – €3.693.546,01 + IVA = €3.915.158,77. Mais se

informa que esta repartição de encargos deve ser aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. **Os Vereadores Fernando Seara de Sá e António Monteiro de Castro não participaram na discussão e votação da proposta por se considerarem impedidos, em virtude de terem pertencido à equipa do projeto da obra.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM**





1

**AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS - ADJUDICAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “Consórcio Costeira – Engenharia e Construção, S.A./N.V.E. Engenharias, S.A.”, pelo preço de €11.498.848,88 + IVA (onze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e quarenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), sendo o prazo de execução de 540 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O respetivo contrato de adjudicação só será celebrado após aprovação da correspondente repartição de encargos pela Assembleia Municipal.” O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. **Os Vereadores Fernando Seara de Sá e António Monteiro de Castro não participaram na discussão e votação da proposta por se considerarem impedidos, em virtude de terem pertencido à equipa do projeto da obra.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE BRITO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ZONA MARGINAL AO REGATO, JUNTO À CASCATA DE S. JOÃO** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Brito para a execução de obras de requalificação da zona marginal ao regato, junto à cascata de S. João, com construção de ponte e miradouro em madeira, bem como a transferência

de uma verba no valor de €31.438,00. Verificou-se, entretanto, que a área de intervenção é do domínio público municipal, pelo que, o mesmo deve ser tratado como delegação de competências e não como subsídio. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a **revogação** das deliberações acima identificadas, **bem como a aprovação de delegação de competências** na Freguesia de Brito para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, transferindo uma verba **no valor de €31.438,00**, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DA PONTE, EM DONIM** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 8 de fevereiro de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim para a execução de obras de drenagem de águas pluviais na Rua da Ponte, em Donim, bem como a transferência de uma verba no valor de €4.756,69. Verificou-se, entretanto, que a Rua da



Ponte é do domínio público municipal, estando, assim, classificada como Estrada ou Caminho Municipal, pelo que o apoio não configura um subsídio, mas sim uma delegação de competências. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a **revogação das deliberações** acima identificadas, **bem como a aprovação de delegação de competências** na União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, transferindo uma verba no valor de **€4.756,69**, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em anexo." A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE FERMENTÕES – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS NO CEMITÉRIO, NO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA, INSTALAÇÃO DE GÁS NA EB 2,3 FERNANDO TÁVORA E OBRAS NA RUA DA PEREIRA** – Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 18 de junho de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 7 de junho de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de **Fermentões**, para execução de obras no cemitério, no edifício da Junta de Freguesia, instalação de Gás na EB 2,3 Fernando Távora e obras na rua da Pereira, aprovando a transferência de uma verba no valor de

**€147.000,00.** Entretanto, verifica-se um lapso quanto à obra de instalação do Gás natural na E.B.2,3 Fernando Távora, uma vez que esta configura uma delegação de competências e não um subsídio, correspondendo-lhe o valor de **€4.240,00.** Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da deliberação, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de um subsídio à Freguesia de **Fermentões**, no valor de €142.760,00 para execução das obras no cemitério, no edifício da Junta de Freguesia e na rua da Pereira, e, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a mesma Freguesia do valor de **€4.240,00** para execução da obra de instalação do Gás natural na E.B. 2,3 Fernando Távora, mediante celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ALARGAMENTO DA RUA DE S. TIAGO, COM CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E RECONSTRUÇÃO DE MURO**

– Presente a seguinte proposta: “Pretende-se concluir os trabalhos de requalificação da rua de S. Tiago, e proceder ao alargamento daquela rua, com a construção de passeios, demolição e reconstrução de um muro de vedação, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal, apresentando um orçamento no valor de €8.690,11, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Tal orçamento foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à



L.

PC

aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição, à União das Freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos, de uma verba no valor de €9.211,52, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, mediante celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE POLVOREIRA – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS, MUROS, DRENAGEM DE ÁGUAS E PAVIMENTAÇÕES NA RUA RIBEIRO DA PONTE, RUA RIBEIROS DO PINTO, RUA BERREGA E RUA ALTO DO PEGO** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 27 de novembro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 16 de novembro de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de **Polvoreira**, para execução de obras de movimentação de terras, muros, drenagem de águas e pavimentações na rua Ribeiro da Ponte, rua Ribeiros Pinto e rua Alto do Pego, aprovando a transferência de uma verba no valor de **€140.885,17**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da rua Ribeiro da Ponte e rua Ribeiros do Pinto, que são municipais e não da Freguesia, pelo que o valor atribuído para as obras nestas vias configura uma delegação de competências e não um subsídio, correspondendo-lhe o valor de **€90.011,89**. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da deliberação, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de

12 de setembro, seja aprovada a atribuição de um subsídio à Freguesia de **Polvoreira** no valor de **€50.873,28** para execução das obras na rua Berrega e rua Alto do Pego e, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a mesma Freguesia do valor de **€90.011,89** para execução das obras na rua Ribeiro da Ponte e rua Ribeiros do Pinto, mediante celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -- FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA URBANIZAÇÃO DO BARRIDINHO** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 18 de junho de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 10 de maio de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de **SELHO S. CRISTÓVÃO**, para a execução de obras de pavimentação, construção de passeios e rede de drenagem de águas pluviais na Urbanização do Barridinho, bem como a transferência de uma verba no valor de €14.942,89. Verificou-se, entretanto, que a área de intervenção é do domínio público municipal, pelo que, o mesmo deve ser tratado como delegação de competências e não como subsídio. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a **revogação** das deliberações acima identificadas, **bem como a aprovação da delegação de competências na Freguesia de SELHO S. CRISTÓVÃO** para a execução das obras acima identificadas, ao abrigo do





disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; transferindo uma **verba no valor de €14.942,89**, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO RINGUE DESPORTIVO DA EB 1 DA BELA VISTA –** Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 19 de dezembro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 07 de dezembro de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de subsídio com a União de Freguesias de **Selho S. Lourenço e Gominhães** para a execução de obras de **requalificação do ringue desportivo da EB 1 da Bela Vista**, bem como a transferência de uma verba no valor de **€13.548,92**. Verificou-se, entretanto, que o ringue objeto da intervenção é do domínio público municipal, pelo que o apoio não configura um subsídio, mas sim uma delegação de competências. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a **revogação das deliberações** acima identificadas, **bem como a aprovação da delegação de competências** na União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, transferindo uma verba no valor de **€13.548,92**, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de

Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE NESPEREIRA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO - CONSTRUÇÃO DE MURO E REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA NOVA DE MARTIM; CONSTRUÇÃO PASSEIOS E REDE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA VISCONDE DO PAÇO; INTERVENÇÃO NA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DO BARREIRO, RUA DO COVELO, RUA DA ARROCHELA E TRAVESSA DA BEIRA** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências com a Freguesia de **Nespereira**, para execução de obras de construção muro e rede de águas pluviais na Rua Nova de Martim; Construção Passeios e rede águas pluviais na Rua Visconde do Paço; Intervenção na rede de águas pluviais na Rua do Barreiro, Rua do Covelo, Rua da Arrochela e travessa da Beira, aprovando a transferência de uma verba no valor de **€18.362,69**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da rua Nova de Martim, rua do Barreiro, rua do Covelo e Travessa da Beira, que são da Freguesia e não do Município, pelo que o valor atribuído para as obras nestas vias configura um subsídio e não uma delegação de competências, correspondendo-lhe o valor de **€8.562,78**. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da deliberação, propondo-se que, nos termos da



L.

fr

alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a Freguesia de **Nespereira** do valor de **€9.799,91** para execução das obras na rua Visconde do Paço e rua da Arrochela, e nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de um subsídio à mesma Freguesia no valor de **€8.562,78** para execução das obras na rua Nova de Martim, rua do Barreiro, rua do Covelo e Travessa da Beira, mediante a celebração de Contrato de Atribuição de Subsídio. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO BURGÃO E BACÊLO** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de **Sande São Martinho**, para execução de obras de pavimentação das Ruas do Burgão e Bacelo, aprovando a transferência de uma verba no valor de **€41.118,03**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da Rua do Bacelo, que é municipal e não da Freguesia, pelo que o valor atribuído para a pavimentação desta via configura uma delegação de competências e não um subsídio, correspondendo-lhe o valor de **€14.389,28**. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da deliberação, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; seja aprovada a atribuição de um subsídio à Freguesia de **Sande São Martinho** no valor de **€26.728,75** para execução das obras de pavimentação da rua do

Burgão e, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a mesma Freguesia do valor de **€14.389,28** para execução das obras na Rua do Bacelo, mediante celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE ALDÃO - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Aldão, para execução da obra de “Instalação de equipamentos de exercício físico na envolvente do campo de jogos de Aldão”, com uma verba no valor de €8.785,68. O Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do objeto do contrato, de forma a incluir a instalação de uns bancos de apoio, bem como uma estrutura para guardar materiais e outros acessórios desportivos. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 9 de maio de 2018, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 1ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à FREGUESIA para execução da obra de Instalação de equipamentos de exercício físico na envolvente do campo de jogos de Aldão e instalação de estruturas de apoio na envolvente do campo de jogos de Aldão.”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À**



11.

pr

**APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO** - Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 27 de novembro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 6 de julho de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Leitões, Oleiros e Figueiredo, para execução da obra de “Alargamento e pavimentação da rua Entre-Latas, em Figueiredo”, com uma verba no valor de €39.816,25. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a obra no ano de 2017, solicitando a alteração do prazo do respetivo contrato. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 13 de setembro de 2017, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 7ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia da Costa, para execução da obra de “Construção Rampa Rua Dr. Raúl Alves Cunha, de acesso ao Bairro J. Teixeira; Alargamento do acesso à Rua Bouça da Cruz; construção de uma via entre a Rua Raúl Alves da Cunha e Rua Bernardino Jordão; e

Requalificação da Rua José Francisco Ribeiro”, com uma verba no valor de €28.205,02. O Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do objeto do contrato, de forma a incluir a construção de um palco no parque desportivo e a requalificação do edifício da sede da junta de freguesia, em substituição da requalificação da Rua José Francisco Ribeiro e da construção de uma via entre a Rua Raúl Alves da Cunha e Rua Bernardino Jordão. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 23 de maio de 2018, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 1ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à FREGUESIA para execução da obra de construção Rampa Rua Dr. Raúl Alves Cunha, de acesso ao Bairro J. Teixeira; alargamento do acesso à Rua Bouça da Cruz, bem como a construção de um palco no parque desportivo e a requalificação do edifício da sede da junta de freguesia”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE RONFE – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO –**

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Ronfe, para execução da obra de “Pavimentação da rua do Outeiro de Baixo, Travessa 24 de Junho e acesso ao Parque Infantil do Covelo”, com uma verba no valor de €28.813,35. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a obra no ano de 2017, solicitando a alteração do prazo do respetivo





L.

fr

contrato. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 13 de setembro de 2017, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 7ª a ter a seguinte redação: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DA CASA MOTA-PREGO OU CASA DOS CARVALHOS, SITA NA RUA VALDONAS N.º 4, COM O LARGO JOÃO FRANCO COMO IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL** – Presente a seguinte proposta: "Em Novembro de 2017, o proprietário da Casa Mota-Prego ou Casa dos Carvalhos, sita na Rua de Valdonas, nesta cidade de Guimarães, solicitou à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), abertura de procedimento de classificação de âmbito nacional, do referido imóvel. Após instrução do processo respetivo, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) veio, agora, notificar a Câmara Municipal de Guimarães de que foi determinado o arquivamento do pedido de abertura do procedimento de classificação da *Casa Mota-Prego* ou *Casa dos Carvalhos*, nos termos do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, com os fundamentos constantes no parecer da DRCN, que consta em anexo e se dão aqui por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos (**doc. 1**). No entanto, para cumprimento do art.º 60.º do referido decreto-lei, e para ponderação de eventual classificação como de imóvel de interesse municipal (IIM), a DGPC remeteu ao Município de Guimarães, cópia do

respetivo processo, cujo original ficará arquivado na DRCN. O imóvel aqui em questão apresenta as seguintes características: a. A casa Mota-Prego tem como origem um conjunto edificado constituído por cinco edifícios, levantado entre os séc. XIV-XIX; b. A casa assume presença notória na silhueta do casco histórico pela sua "volumetria, implantação cénica e recorte arquitetónico"; c. "A evolução construtiva deste imóvel é descrita com detalhe e precisão no processo identificando-se e caracterizando-se as muitas fases distintas de edificação", referido no parecer da DRCN; d. O vasto arquivo Mota-Prego/Pereira Leite, referido pelo parecer da DRCN, que permite, entre outras, a leitura diacrónica do edifício, foi entretanto doado pelos seus proprietários ao Museu Alberto Sampaio onde se encontra em preparação para disponibilização pública; e. O edifício se encontra "de uma forma geral, em bom estado de conservação, revelando autenticidade construtiva"; f. A conclusão da DRCN é categórica quanto à importância do imóvel: "Analisado o processo não temos dúvida que a casa Mota Prego, é um dos edifícios privados, de natureza habitacional, com mais relevância histórica, arquitetónica e cultural na cidade de Guimarães"; g. O referido parecer propõe "face à relevância patrimonial que possui per si para a história e urbanismo da cidade, o envio à autarquia para uma eventual classificação de interesse municipal"; h. Existe vontade dos atuais proprietários que o imóvel seja classificado individualmente para defesa do património construído da cidade de Guimarães; i. Ao longo dos séculos, albergou diversas personalidades importantes de e para Guimarães, como o Chanceler-mor do reino, no tempo de D. João III, testamenteiro e embaixador a Castela, Gaspar de Carvalho; o príncipe real e arcebispo de Braga D. José de Bragança, antes de construir o seu palácio na mesma praça da Misericórdia; a mulher do escritor Raul Brandão e daí a sua ligação à cidade; o escritor João da Motta Prego; presidentes da CMG e governadores



1.

*[Handwritten signature]*

Civis do distrito e muitas outras personagens de relevo para a cidade, como Tadeu Luís António de Carvalho e Camões, figura incontornável da cultura da cidade, académico e fundador da afamada Academia Vimaranesa, grande impulsionador dos festejos oferecidos pela cidade em honra do casamento de D. José que, a partir desta sua casa no largo da Misericórdia, cabeça do morgado dos Carvalhos, projetou e construiu o palácio de Vila Flor. O n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, diploma que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura, estabelece que os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Podem ser objeto de inventariação e de classificação como de interesse municipal todos os bens que integrem o conceito e âmbito do património cultural e se coadunem com os critérios genéricos de apreciação definidos nos art.ºs 2.º e 17.º da Lei n.º 107/2001, que representem um valor cultural, de significado predominante para este Município, com o intuito de contribuir para a preservação, valorização e salvaguarda dos seus valores históricos, artísticos e culturais, naturais e paisagísticos, visando perpetuar sua memória e a sua identidade. A pretensão aqui em causa é a de classificar o imóvel como de interesse municipal, sendo que são considerados de interesse municipal, os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município, art.º 15.º n.º 6. Para a classificação de um bem imóvel como de interesse municipal devem ser tidos em conta algum, ou alguns, dos seguintes critérios presentes no art.º 17.º: a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou

religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem. A classificação de bem imóvel de interesse municipal é da competência da câmara municipal, em harmonia ao preceituado no n.º 1 do art.º 94.º da Lei n.º 107/2001, do art.º 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, juntamente com a alínea t) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, uma vez que, ao abrigo desta norma legal, compete à câmara assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal. Em face do supra exposto, e considerando as características deste imóvel, atrás enumeradas, proponho ao executivo municipal: - que delibere a abertura do procedimento administrativo de classificação do imóvel Casa Mota-Prego ou Casa dos Carvalhos, sito na Rua de Valdonas, n.º 4 com o Largo João Franco, inscrito na matriz urbana sob o art.º 2048, da freguesia de Oliveira do Castelo, como imóvel de interesse municipal, nos termos do disposto no art.º 25.º da referida Lei n.º 107/2001 e no art.º 8.º e seguintes do mencionado Decreto-Lei n.º 309/2009; - que, caso a presente proposta mereça provimento, seja dado cumprimento ao previsto no Decreto-Lei n.º 309/2009, quanto às notificações e divulgação da abertura do procedimento, pois é a partir da notificação da decisão de abertura do procedimento de classificação que um imóvel é considerado em



L.

R.

vias de classificação, com todos os efeitos daí advenientes, aplicando-se com as necessárias adaptações as disposições do art.º 40.º e seguintes da Lei n.º 107/2001.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – MINUTA DA ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO PARA FUNCIONAMENTO DO POLO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO, NA FREGUESIA DE CALDELAS** – Presente a seguinte proposta: “Havendo a necessidade de alterar o teor de algumas cláusulas do protocolo de colaboração outorgado em 6 de abril de 2006, junto se anexa a proposta, em minuta, da Adenda ao Protocolo então celebrado, com vista ao regular funcionamento do Polo da Biblioteca Municipal Raul Brandão, na Freguesia de Caldelas, o qual se submete para aprovação do Executivo Municipal.” A minuta da adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES (ALMOÇO E LANCHE) - AJUSTE DIRETO N.º 68/18 – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - RATIFICAÇÃO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 24 de agosto de 2018 que adjudicou a aquisição de serviços em epígrafe ao concorrente “UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA”, pelo preço contratual de €849.154,45 (oitocentos e quarenta e nove mil cento e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor (13%), bem como aprovou a respetiva minuta do contrato. A informação de análise e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em

pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO 15/17 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – TRIÊNIO 2018-2020 – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA – DELIBERAÇÃO DE NOVA ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** - Presente a seguinte proposta: “No âmbito do procedimento de concurso identificado em assunto foi adjudicado, por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião do dia 12 de abril de 2018, à empresa EUREST (Portugal) Sociedade Europeia de Restaurantes Lda., o fornecimento de refeições ali em causa, pelo valor de €6.758.861,16 tendo o respetivo contrato sido celebrado em 15 de maio de 2018. Entretanto, a empresa UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA, não se conformando com a decisão de adjudicação, apresentou, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, um processo cautelar com vista à anulação da decisão e posterior adjudicação do procedimento à proposta por si apresentada. O procedimento cautelar correu os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, tendo a respetiva sentença sido proferida no passado dia 12 de julho, e comunicada ao Município no dia 16 de julho, conforme documento em anexo (doc. 1). Esta sentença é favorável à pretensão da UNISELF, tendo o Sr. Juiz decidido: - anular a deliberação da Câmara municipal de Guimarães, datada de 12 de abril de 2018, na parte que determinou a exclusão da proposta da UNISELF; - anular a deliberação da Câmara Municipal de 12 de abril de 2018, na parte em que determinou a adjudicação da proposta da EUREST; - anular o contrato administrativo celebrado entre o Município e a EUREST em 15 de maio de 2018; - condenar o Município a emitir um ato administrativo que determine a adjudicação da proposta à UNISELF, seguindo-se os demais termos procedimentais





h.

fu

tendentes à celebração do contrato com esta empresa. Esta sentença não foi objeto de recurso, quer por parte do Município, quer por parte da contrainteressada EUREST. Da parte do Município, e considerando que a signatária da presente informação fez, também, parte do júri deste procedimento, júri que foi ainda assessorado pelo escritório de advogados Gama Lobo Xavier, Luís Teixeira e Melo, e Ass., entendemos, e colocámos à consideração superior, a não apresentação de recurso daquela decisão uma vez que, aquando do acompanhamento do procedimento de concurso se levantaram sérias dúvidas quanto ao que foi, depois, aclarado pelo Sr. Juiz na sentença. À data várias posições poderiam ter sido tomadas e o júri entendeu que aquela que tomou seria a mais correta e mais defensável, no entanto o Sr. Juiz não entendeu da mesma forma e decidiu de forma diferente. A posição agora tomada pelo Sr. Juiz vem aclarar as dúvidas que o júri teve pelo que, entendo que não será de recorrer da decisão, entendimento que foi corroborado pelo Dr. Luís Filipe Teixeira e Melo. Em face da comunicação desta sentença, e porque seria necessário garantir que o fornecimento de refeições ocorresse logo no início do ano letivo, foi solicitado aos serviços da Divisão de Educação e da Divisão de Contratação Pública que fosse dado início a um procedimento tendente à contratação dos serviços de refeições escolares entre o período de setembro até dezembro, uma vez que até essa data não seria expectável que o contrato que viesse a resultar da nova adjudicação estivesse em condições de ser executado - após a nova adjudicação da Câmara Municipal será necessário celebrar-se o respetivo contrato e submetê-lo a visto prévio de Tribunal de Contas. Foi, assim, aprovada em reunião de câmara do passado dia de 2 de agosto a abertura de um novo procedimento por ajuste direto, o ajuste direto n.º 68/18, para o período de setembro a dezembro de 2018. Entretanto, a UNISELF, através de duas comunicações dos passados dias 10 e 22 de

agosto, veio já solicitar que seja dado cumprimento à sentença judicial, pelo que, tendo a sentença transitado em julgado a autarquia deve, agora, tomar nova deliberação no sentido de o procedimento ser adjudicado à UNISELF, pelo valor de €5.972.357,64, valor da proposta apresentada por aquela empresa. Para esse efeito foram elaborados novos documentos contabilísticos respeitantes à despesa deste procedimento com vista à adjudicação ao novo adjudicatário, adaptados ao novo valor da proposta a adjudicar. Por outro lado, e porque com esta situação vai arrastar no tempo o início da execução do novo contrato, forçoso é, também, alterar a respetiva repartição de encargos, aprovando-se uma nova, que deverá ser aprovada pela Assembleia Municipal, a ocorrer nos seguintes termos, conforme informação prestada pela Divisão de Educação: **Valor do contrato para o triénio 2020 /2021: €5.972.357,64; Anos de 2019 a 2021 - Valor/ano civil (janeiro a julho e setembro a dezembro): €1.990.785,88** assim discriminados: a) Refeitórios com serviço de almoço – confeção local, de acordo com o anexo A1 - €1.634.400,00; b) Refeitórios com serviço de lanche – confeção local, de acordo com o anexo A2 - €238.059,48; c) Refeitórios com serviço de almoço transportado, de acordo com o anexo A1.1 - €113.152,00; d) Refeitórios com serviço de lanche transportado, de acordo com o anexo A2.1 - €5.174,40. Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor. Em face do supra exposto coloca-se à consideração superior a submissão de uma proposta a reunião de Câmara para que, em cumprimento da sentença judicial: - seja deliberada uma nova adjudicação, no âmbito do procedimento de concurso público n.º 15/17, à empresa UNISELF, pelo valor de €5.972.357,64, valor da proposta apresentada por aquela empresa; - que o início do fornecimento ocorra a partir de janeiro de 2019 e com termo em dezembro de 2021, cumprindo-se, assim, o prazo de três anos inicialmente previsto nas peças do



procedimento e para o qual foi apresentada a referida proposta; - que seja aprovada uma nova repartição de encargos, nos seguintes termos: Anos de 2019 a 2021 - Valor/ano civil (janeiro a julho e setembro a dezembro): €1.990.785,88 assim discriminados: a) Refeitórios com serviço de almoço – confeção local, de acordo com o anexo A1 - €1.634.400,00; b) Refeitórios com serviço de lanche – confeção local, de acordo com o anexo A2 - €238.059,48; c) Refeitórios com serviço de almoço transportado, de acordo com o anexo A1.1 - €113.152,00; d) Refeitórios com serviço de lanche transportado, de acordo com o anexo A2.1 - €5.174,40. Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor. Por fim, e considerando que a sentença decidiu, também, a anulação do contrato administrativo celebrado entre o Município e a EUREST, e que este ainda se encontra em fiscalização prévia no Tribunal de Contas, seja decidido solicitar a este Tribunal a sua devolução, em cumprimento daquela decisão.” Mais foi proposto a aprovação da minuta do contrato de adjudicação. A sentença e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO – ZONAS VERDES - AVEPARK** - Presente a seguinte informação: “A Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística remete-nos o processo nº 499/18 que consiste na alteração ao Alvará de Loteamento n.º 9/07, localizado no Avepark, mais concretamente na divisão do lote 9 em dois lotes, agora designados por lote 9 e lote 9A, com a área de 3.080,00m<sup>2</sup>, cada um, o que implica uma redução da área de zona verde pública de 783,00m<sup>2</sup>. Esta alteração pretende facultar um maior dinamismo à atividade económica do concelho, proporcionando condições que favoreçam o investimento e consequentemente um aumento do nível de emprego deste concelho. Neste sentido e tendo em conta o interesse crescente de candidaturas para a instalação de novas empresas no

Avepark, e considerando as limitações de parcelamento e dimensionamento do Avepark, é imprescindível a constituição de novos lotes e a reorganização de outros já constituídos, potenciando as infraestruturas e empresas ali instaladas, bem como gerar dinâmicas que possibilitam dar continuidade a novos investimentos no Avepark. A alteração ao loteamento aqui preconizada visa potenciar uma solução para as instalações da NETGÓCIO -Soluções Internet para Empresas, Lda., fundada em 1998, que tem vindo a desenvolver a sua atividade na criação de soluções internet para o mercado empresarial e institucional, distinguindo-se atualmente pela imagem de relevo no setor das novas tecnologias multimédia. Deste modo, dada a necessidade de se alterar a dominialidade pública (zona verde) da parcela de terreno com a área de **783,00m<sup>2</sup>**, o procedimento deverá ser precedido de desafetação do domínio público, a aprovar pela Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea q), nº 1 do artigo 25º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Assim, em caso de aceitação superior e, nos termos do previsto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º do referido diploma legal, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno abaixo identificada e assinalada na planta anexa, para posterior registo a favor do domínio privado do Município: Parcela de terreno com a área de 783,00m<sup>2</sup>, cedida ao domínio público para zonas verdes no âmbito do Alvará de Loteamento nº 9/07, situada no lugar de S. Martinho (Avepark), da freguesia de Barco, a confrontar do norte e do nascente com zona verde pública, do sul com lote 9, e do poente com arruamento do loteamento separado por passeio. À consideração superior.”

As plantas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETERÀ APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



11

**PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 702,00M<sup>2</sup>, SITUADA NA TRAVESSA DO CAMPO, FREGUESIA DE SELHO S. JORGE** – Presente a seguinte informação: “Foi-nos remetido pela Divisão de Urbanismo o processo nº 805/17 referente à alteração ao Alvará de Loteamento nº 31/97 promovida pelo Município. Este procedimento consiste na alteração das áreas de 8,00m<sup>2</sup>, 169,00m<sup>2</sup> e 525,00m<sup>2</sup>, cedidas ao domínio público para zona verde, estacionamento e passeios, respetivamente, destinando-se a integrar no domínio privado do Município de modo a possibilitar a regularização das instalações desportivas erigidas no lote 100, pertencente à Autarquia e cuja utilização se encontra a cargo da Associação Pevidém Sport Clube. Tendo a alteração merecido deferimento por despacho do Sr. Vereador Arq.º Fernando Seara de Sá datado 10 de novembro de 2017, torna-se necessário submeter à aprovação da Assembleia Municipal a respetiva desafetação do domínio público. Assim, a parcela de terreno a desafetar do domínio público tem a área de 702,00m<sup>2</sup>, situa-se na travessa do Campo, da freguesia de Selho S. Jorge, confrontando do norte, nascente e poente com terrenos do domínio público e do sul com lote 100 do Alvará de Loteamento nº 31/97. Em caso de aceitação superior, e nos termos do previsto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno supra identificada. À consideração superior.”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 18,00M<sup>2</sup> SITUADA NA RUA DIAMANTINA ROSA, FREGUESIA DE SELHO S. JORGE** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito

do processo de construção nº 2085/98 com o Alvará de Licença nº 1795/99 e, conforme escritura de 14/12/2000, foi cedida ao domínio público uma parcela de terreno com a área de 50,00m<sup>2</sup>, para alargamento do caminho público, hoje denominado por rua Diamantina Rosa, da freguesia de Selho S. Jorge, a qual se encontra inventariada sob o nº 240647. Posteriormente, em 02/03/2001, o titular do processo, Sr. David Correia de Abreu, veio apresentar um aditamento tendo em vista a legalização da alteração que efetuou relativamente à baía de estacionamento, que no projeto aprovado contemplava uma largura de 2,60m e que o mesmo reduziu para 1,70m, implicando assim a redução de área de cedência ao domínio público para 32,00m<sup>2</sup>. Conforme informações urbanísticas prestadas em 09/04/2001 e 01/05/2001 (fls. 118 e 122 do proc.º nº 2085/98), não se via inconveniente na viabilização da pretensão desde que salvaguardada a boa circulação de veículos e sendo um caminho utilizado exclusivamente por moradores, julgava-se não existir grave inconveniente na anulação da baía de estacionamento, pelo que a área proposta a ceder afigurava-se suficiente e assegurava o alargamento do caminho, assim como o bom trânsito automóvel, pelo que se propunha que a área ocupada pelo requerente fosse por este adquirida. Também de acordo com informação jurídica de 25/11/2013, constante do referido processo de licenciamento, é referido que deverá o titular do processo requerer a aquisição da parcela de terreno com 18,00m<sup>2</sup>, por si ocupada, e apresentar na Divisão de Património Municipal pedido de desafetação do domínio público dessa parcela de terreno para a integrar no seu domínio particular e anexação ao seu prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 2471/Selho S. Jorge e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 3189º. Assim, vem o Sr. David Correia de Abreu solicitar que lhe seja autorizada a aquisição da parcela de terreno com a área de 18,00m<sup>2</sup>, para anexação ao





seu prédio construído ao abrigo do Alvará de Licença de Construção nº 1795/99. Dado o lapso de tempo decorrido entre as informações prestadas e a data do pedido do requerente, foi solicitada nova pronúncia à Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, tendo esta dito que *“da análise do solicitado e processo de construção, verifica-se que se trata de uma situação consolidada no território (desde, aproximadamente, 2000), o arruamento em causa não se afigura estruturante (e salvaguarda, hoje, condições de funcionamento suficientes), a pretensão compatibiliza-se com os alinhamentos confinantes, tendo sido já objeto de parecer urbanístico favorável em 2001. Face ao exposto, do ponto de vista urbanístico, julga-se poder encarar favoravelmente a pretensão manifestada – desafetação e alienação de parcela de terreno com a área de 18,00m²:”* Considerando que o domínio público é inalienável, e está fora do comércio jurídico, a única forma de regularizar a situação passará pela sua desafetação do domínio público nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro. Assim, e em caso de aceitação superior, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno a seguir identificada: Parcela de terreno com a área de 18,00m² situada na rua Diamantina Rosa, da freguesia de Selho S. Jorge, a confrontar do norte com prédio de David Correia de Abreu, do sul com arruamento público (rua Diamantina Rosa), do nascente com prédio de Joaquim Ribeiro e do poente com prédio de José Maria Fernandes. Salienta-se que pela configuração e localização da parcela (faixa em toda a extensão da frente do prédio do requerente), como melhor se alcança da planta anexa, a mesma não tem interesse para os restantes confrontantes, podendo futuramente ser alienada diretamente ao interessado. À consideração superior.” A referida planta dá-se aqui por

reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – VENDA DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA, VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E METAIS FERROSOS E ALUMÍNIO** – Presente a seguinte informação: “Nos termos das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Espaço Público, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, é solicitada a venda de 9 viaturas abandonadas na via pública, 2 veículos municipais destinadas a destruição e desmantelamento qualificado. É também proposta pela referida Divisão a alienação de metais ferrosos e alumínio. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento, cuja minuta se junta em anexo, ser submetido à aprovação da Câmara Municipal.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “No mapa de Pessoal para 2018 encontram-se previstos postos de trabalho livres que correspondem a necessidades dos serviços, constantes também do mapa anual global de recrutamentos aprovado pelo aviso publicado em Diário da República a 13/02/2018. A estes acrescem postos de trabalho que vão sendo libertados, por cessação ou alteração de funções dos trabalhadores que os ocupavam, cuja substituição se revela necessária para a prossecução das atividades dos serviços, bem como aqueles que se prevê ficarem livres a curto prazo. A ocupação dos postos de trabalho será promovida através de procedimento concursal ou, quando se justifique, através de oferta de mobilidade entre órgãos ou ao abrigo do



L.

pu

regulamento interno. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização para a promoção dos seguintes recrutamentos: a. Um técnico superior, licenciado em Engenharia Mecânica, para o Departamento de Obras Municipais; b. Cinco assistentes operacionais para o Departamento de Obras Municipais (2 calceteiros, 1 trolha, 2 cantoneiros de vias); c. Três assistentes operacionais para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente (1 lavador/lubrificador, 2 para os cemitérios); d. Um técnico superior jurista para o Departamento de Polícia Municipal, para substituição de técnico ausente em mobilidade; e. Um técnico superior psicólogo, para a Divisão de Educação, para substituição de técnica ausente em mobilidade. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 294/2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 6/2017 –** Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima identificado, por despacho de 2 de novembro de 2017, é proposta pelo instrutor, conforme relatório final em anexo, a **sanção disciplinar de repreensão escrita**. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município, submetendo-se, assim, a proposta do instrutor a aprovação da Câmara Municipal.” O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A SANÇÃO DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA EM GUIMARÃES – APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, através da deliberação da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal de 26 de novembro de 2015, aprovou a constituição da associação “Centro de Ciência Viva de Guimarães” e os respetivos estatutos. Posteriormente, e para cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, remeteu o processo ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia. O Tribunal de Contas, através do Acórdão n.º 6/2016 – 17.MAI-1ªS/SS, e depois do Acórdão n.º 17/2016, de 25 de outubro-1.S/PL, recusou inicialmente e manteve, depois, a recusa de visto prévio a este processo. Os argumentos apresentados pelo Tribunal naqueles dois acórdãos foram, entretanto, analisados, e, mantendo-se a intenção de constituição de uma associação sem fins lucrativos na área da divulgação da ciência em Guimarães, que tenha como principal intuito a gestão do Centro de Ciência Viva de Guimarães, foi preparado um novo processo com vista à aprovação da constituição de uma nova associação, onde se encontram ultrapassadas as questões levantadas por aquele Tribunal. Entretanto, desde a data das decisões do Tribunal de Contas até à presente data a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foi alterada, permitindo, agora, ultrapassar os constrangimentos da versão anterior quanto à celebração de contratos programa com associações de direito privado em que o Município tivesse participação. Foi, então, dada uma nova redação ao n.º 3 do art.º 59.º (associações de direito privado) onde se refere que *“o disposto no artigo 47.º aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.”* O art.º 47.º é



L.

m

o artigo que dispõe sobre a celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral e o n.º 1 do art.º 19.º é o que prevê os requisitos para se considerar que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante, o que poderá ocorrer em razão da verificação de um dos seguintes requisitos: a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização; c) Qualquer outra forma de controlo de gestão. Com o atrás referido, esta autarquia mantém a intenção de criar uma associação que terá como objetivos: 1. Gerir um equipamento de carácter lúdico e pedagógico, com vista a divulgação científica e tecnológica, mediante a promoção de ações de desenvolvimento da cultura científica e tecnológica junto da população e, em especial, junto da comunidade juvenil e a instalação e funcionamento de um centro educativo e expositivo para a ciência; 2. Relacionar diretamente a ciência e a engenharia, promovendo o desenvolvimento da engenharia aplicada à realização do produto; 3. Promover a ciência como um fator de valorização da qualidade de vida da população, conformando um polo de atração de visitantes com uma abrangência territorial significativa e alargada; 4. Promover e reforçar o entrosamento e cruzamento do centro de divulgação da ciência em Guimarães com as instituições locais de ensino, nomeadamente Universidade do Minho; 5. Desenvolver atividades lúdicas e exploratórias para um público-alvo específico – estudantes e escolas – sem prejuízo de alcançar outros públicos. Em conjugação, relacionar e favorecer a cooperação entre cientistas que resulte no incremento da qualidade de conhecimento; 6. Conjuguar a instalação do centro de divulgação da ciência em Guimarães com a reabilitação de um edifício de valor patrimonial significativo e indissociável da história do lugar e da cidade. Assim,

considerando: 1. A forte ligação entre o Município de Guimarães e a Universidade do Minho, parceiros em múltiplos projetos e que, no presente caso, partilham e comungam de uma vontade e interesse em promover, de forma assertiva e continuada, o conhecimento e a ciência, nomeadamente para o público estudantil e mais jovem, ainda muito desperto para a descoberta e novidade; 2. A importância da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, como parceiro no apoio a ações dirigidas para a promoção da educação científica e tecnológica na sociedade portuguesa, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar dos ensinos básico e secundário. 3. A existência de um edifício de valor patrimonial e urbanístico inquestionável que se afigura capaz de suportar o programa de um centro de divulgação da ciência em Guimarães e de contribuir para a valorização urbanística da área central da cidade; 4. A abrangência temática e público-alvo de um centro de divulgação da ciência em Guimarães que valoriza e enriquece uma cidade que se quer competitiva e contemporânea (verificando-se cada vez mais que o percurso de Guimarães corresponde a essa realidade). O Município de Guimarães, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições nos domínios da educação e cultura, conforme preveem as alíneas c) e d) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para prosseguir estas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, competências que lhe permitem apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o município. Nestes termos, proponho: - que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, uma nova proposta de constituição de uma associação sem fins lucrativos





L.

pr

na área da divulgação da ciência em Guimarães, em parceria com a Universidade do Minho e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, conforme estatutos que se juntam em anexo (**doc. 1**) e estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeiro 201../20.. (**doc. 2**), conforme previsto no art.º 32.º, por remissão do n.º 2 do art.º 53.º, da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE (AMAVE) – ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS À LEGISLAÇÃO VIGENTE – PROPOSTA DE PROJETO DE ESTATUTOS** – Presente, para aprovação pelo executivo camarário e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, o projeto de adaptação dos estatutos da AMAVE à lei vigente, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor os Vereadores Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. O Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto e Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vereadora Paula Oliveira assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA O ANO 2019, AO**

**ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS** – Presente a seguinte proposta: “**I. ENQUADRAMENTO PRÉVIO:** **1.** A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL (doravante **OFICINA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 14 de março de 1989, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro; **2.** O **MUNICÍPIO** é seu cooperante, exercendo sobre ela uma influência dominante por ser detentora de 84,11% dos títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 5 do artigo 5.º dos seus Estatutos, que dispõe que “nenhum membro admitido após a constituição da **OFICINA** poderá subscrever títulos de capital cujo montante represente mais de vinte por cento do total de capital social”. **3.** Com a constituição da **OFICINA**, de acordo com o seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, atividade de interesse geral que a **OFICINA** tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito, em benefício do Concelho de Guimarães. **4.** A prossecução da atividade da **OFICINA**, quer do ponto de vista de setores estratégicos como os serviços educativos, determinantes para a formação de públicos, quer do ponto de vista da criação artística, tem evidenciado **GUIMARÃES**, de uma forma contínua crescente, no roteiro internacional cultural. **5.** As evidências desses resultados são objetivamente demonstráveis pela verificação dos resultados que a **OFICINA** tem vindo a alcançar quanto ao cumprimento das orientações estratégicas que o **MUNICÍPIO** tem vindo a determinar. **6.** Resultados esses sempre assentes em processos de gestão equilibrados aliados à qualidade da programação artística regular, que se mantém



repartida pelas áreas do teatro, da música, da dança, das artes plásticas e do cinema, nos vários equipamentos, sempre com a finalidade última de formar e captar públicos. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 7. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 8. Estando, portanto, sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico. 9. A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, procedeu à terceira alteração daquele regime jurídico, aditando ao referido artigo 62.º, o n.º 15 que aqui se transcreve: *o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, o que no caso concreto se verifica.* 10. Cumprindo todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da LAEL, e considerando a demonstração dos resultados apurados do segundo trimestre da **OFICINA**, não se vislumbra razão para concluir que o contrato programa que ora se submete a aprovação comprometerá a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. Assim, considerando que: 11. Todas as atividades promovidas pela **OFICINA** são atividades de interesse geral na área da cultura, nos termos da LAEL, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou

o Regime Jurídico das Autarquias Locais. **12.** O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. **13.** A celebração daquele **CONTRATO** é condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO PARA A APROVAÇÃO DE UM CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA O ANO 2019:** **1.** Assente nas razões enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano 2019, no decurso de cuja execução o Município transferirá para a referida Cooperativa, a título de subsídio de exploração da atividade, **€3.424.650,00**, montante inferior ao de 2018 em razão de uma melhoria na eficiência da gestão, pese embora o aumento dos custos com pessoal, cumprindo a Lei do Orçamento de Estado, os novos encargos resultantes da implementação do Regime de Proteção de Dados e a assunção de parte do Projeto CAF (Componente de Apoio à Família) para os alunos das escolas do 1º ciclo; **2.** Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, que,



L..

fr

nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa, proponho: 3. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos serviços constitui receita da Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL; 4. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a informação financeira anexa. 5. Deliberar que, nos termos legais, caso o respetivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, o mesmo seja submetido a sessão de visto prévio do Tribunal de Contas, respeitando-se o prazo previsto para o efeito na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. 6. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

**SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** A Vereadora Adelina Pinto não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS –**

**AICE** – Presente a seguinte proposta: “O movimento das Cidades Educadoras surgiu em Barcelona, em novembro de 1990, na sequência do 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras, no qual 70 cidades, como marco da sua atuação, assinaram a Carta das Cidades Educadoras. Em 1994, no âmbito do 3º Congresso Internacional, realizado em Bolonha, formalizou-se a criação da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). A AICE é uma associação de municípios, da qual fazem parte, atualmente, 429 cidades de 35 estados do mundo, que proclamam e reclamam a importância da educação na cidade, põem em relevo as vertentes educativas dos projetos políticos das cidades associadas, e trabalham no aprofundar do conceito de Cidade Educadora e suas aplicações concretas, inspiradas nos Princípios da Carta das Cidades Educadoras, que constitui o mote para a definição de políticas integradas, partilhadas, de âmbito global que visem a qualidade de vida dos cidadãos, agentes interventores na cidade, ao longo da vida. A AICE assessoria e apoia os projetos dos municípios que efetuaram a sua adesão, abrindo e fomentando canais de comunicação e cooperação entre eles e entre os municípios e os organismos nacionais e internacionais, mormente a Organização de Cidades e Governos Locais Unidos (O.G.L.U), a União Europeia (U.E), e a UNESCO, entre outras. O intercâmbio de ideias, problemáticas, estratégias, informações, e experiências/boas práticas, entre





L.

M

as cidades educadoras, constitui um motor de melhoria e desenvolvimento para cada uma delas e para o conjunto da AICE, reforçado pelas parcerias e trabalho das Delegações e Redes Territoriais e Redes Temáticas. As Cidades que partilham esta “filosofia de intervenção” entendem pela experiência vivida, que a educação não é mais um exclusivo da família e das instituições formais de ensino, mas também, acontece e se realiza na e pela cidade, através das suas diferentes gentes, nos seus espaços e tempos, onde se produzem vários cenários formais e informais, conscientes e inconscientes de comunicação e partilha de aprendizagens. Concluem que são vários e diferentes os agentes educadores e que a educação é um processo permanente, que se realiza ao longo da vida, e que a Cidade Educadora é uma proposta integradora da vida cidadã que envolve os governos locais e todas as entidades e serviços que operem na urbe, com o objetivo de conjuntamente desenvolverem o espírito de cidadania e os valores de uma democracia participativa e solidária. Assim, considerando que Guimarães tem em implementação um conjunto de projetos educativos inovadores e diferenciados, e que o contacto com outras cidades educadoras potenciará não só a partilha de boas práticas, como o conhecimento de outros sistemas e projetos pedagógicos que poderão contribuir para o desenho de um plano educativo de excelência educativa, propõe-se, nos termos da al. aaa), do n.º 1, do art.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a adesão do Município de Guimarães à Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE, cujos estatutos se juntam em anexo, devidamente traduzidos, considerando que a versão inicial se encontra em língua espanhola, mediante aprovação pela Câmara Municipal e posterior envio para aprovação pela Assembleia Municipal. Esta adesão implica a assunção da Carta das Cidades Educadoras, bem como o pagamento da cota anual no valor de €715,00. Por fim, e para cumprimento do que dispõe a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma

que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, nomeadamente o previsto no n.º 1 do art.º 32.º, informa-se que o Município não vai adquirir uma participação que lhe confira uma influência dominante, conforme previsto no art.º 19.º do mesmo diploma legal, razão pela qual se considera dispensado da elaboração do estudo técnico de viabilidade económica e sustentabilidade económica e financeira. Finalmente, e para aferir o equilíbrio da situação financeira da Associação e respetiva viabilidade, anexam-se a esta proposta os Relatórios e Contas correspondentes aos últimos três anos de atividade.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR - CARLOS & NUNO CUNHA, LDA. –**

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **CARLOS & NUNO CUNHA, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo



L.

fu

concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **CARLOS & NUNO CUNHA, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR - SOUSAPRATOS, LDA.** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a

PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A **SOUSAPRATOS, LDA.**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **41%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **SOUSAPRATOS, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os documentos dão-se aqui por reproduzidos e arquivam-se em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -**  
**AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO –**



L.

**APROVAÇÃO DE 43 CANDIDATURAS** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA., remetendo, para aprovação do Órgão Executivo, uma proposta de aprovação de 43 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 28 de agosto de 2018, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA., remetendo, para ratificação do Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de uma habitação em alojamento convencional, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 31 de julho de 2018, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JULHO DE 2018** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 21 de dezembro de 2017 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do

Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - COMPARTIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO E RESPETIVAS TARIFAS DE LIGAÇÃO –**

Presente a seguinte proposta: “Foram recebidas na Divisão de Ação Social algumas candidaturas apresentadas por munícipes em situação de carência socioeconómica, para efeitos de apoio no pagamento de despesas referentes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise destas candidaturas e subsequentes estudos socioeconómicos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida alguns dados de caracterização dos agregados familiares, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento <i>per capita</i>	Valor a atribuir
215102355/18	Barco	€154,05	€1.000,00
172333652/18	Ponte	€93,45	€1.000,00
139780459/17	Atães	€205,69	€837,00
152077235/15	Guardizela	€247,77	€441,00
155303244/13	Serzedelo	€252,56	€302,60
174026650/12	Gandarela	€183,81	€422,30
137702728/12	Oleiros	€80,26	€1.000,00
132705451/12	Atães	€233,75	€232,32
123427029/15	Pinheiro	€118,10	€861,66

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de **€6.096,88** (seis mil e noventa e seis euros e oitenta e oito





1.

fr

cêntimos) ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE UM ELETRODOMÉSTICO** – Presente a seguinte informação: “Foi rececionada na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na aquisição de um eletrodoméstico. Após análise desta candidatura, e subsequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da sua caracterização socioeconómica, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir:

Nº Processo	Freguesia	Rendimento <i>per capita</i>	Valor a apoiar
156912740/18	Fermentões	€98,57	€298,00

Ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e ao abrigo do nº 1 do artigo 13º do referido Regulamento (deliberação de Câmara de 12 de abril de 2018), submeto à aprovação superior a concessão deste apoio ao requerente, cujo valor se estima em €298,00 (duzentos e noventa e oito euros).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DE PARTE DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE GUIMARÃES EM 2018 – 1.º ADITAMENTO** – Presente a seguinte informação: “Em reunião de Câmara de 7 de junho de 2018 foi deliberado aprovar o apoio a 87 Instituições de solidariedade social, entre as quais a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães, esta última com um subsídio de €7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta euros) para a aquisição de equipamento informático e realização de obras no edifício sede desta Associação. Na sequência desta deliberação foi celebrado um

protocolo, em 26 de junho de 2018, com a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de julho. Contudo, no passado dia 20 de julho, o Presidente desta instituição, Alberto Manuel Gonçalves Mota, solicitou à Câmara Municipal a alteração de parte do objeto deste subsídio, de modo a que a verba anteriormente atribuída para a realização de obras (4.000,00€), passe a estar afeta a despesas decorrentes de algumas atividades desenvolvidas. Considerando que foi anteriormente emitida a declaração de cabimento nº 3275/2018 e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições, a que reporta a deliberação de 7 de junho, e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, que pressupõe um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: “O presente Protocolo tem por objeto (...), *para o apoio destinado à aquisição de equipamento informático, bem como a despesas decorrentes de atividades desenvolvidas*.” A minuta da adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BATISTA DE PENSELO** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal, no passado dia 28 de junho de 2018, pela Fábrica da Igreja Paroquial de São João Batista de Penselo, para apoio ao pagamento de taxas e encargos associados ao processo de licenciamento de obras no edifício onde estão sedeados os seus serviços, apresenta-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio no valor de €2.676,46 euros (dois mil seiscentos e setenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos). Esta



L.

instituição desenvolve múltiplas atividades, nomeadamente a Festa de Natal, a Festa dos Reis, a Festa de S. João, a Festa da Francesinha, o torneio de chincalhão e torneios de futebol e cede as suas instalações ao Centro Social da Paroquia de Penselo que, por sua vez, assume respostas sociais nas valências de Creche, Jardim de Infância, CATL e Apoio Domiciliário, e que se tem distinguido pela qualidade da sua atuação. Considerando a necessidade premente de ampliar e remodelar as instalações atuais, mormente para ir ao encontro das exigências atuais do Instituto de Segurança Social, e reconhecendo-se a relevância do trabalho desenvolvido, em prol do bem-estar e da qualidade de vida da população desta Freguesia, submete-se para aprovação superior a atribuição deste subsídio, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO PARA A ATIVIDADE DE ANIMAÇÃO SOCIAL 2018 – PASSEIOS** – Presente a seguinte proposta:

“No âmbito das atividades de Animação Social desenvolvidas pela Divisão de Ação Social, pretende-se promover a atividade “Passeios à Praia/Campo”, dirigidas a todas as pessoas idosas do concelho, em especial as que frequentam Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, de acordo com as tabelas anexas. Para a realização da atividade solicita-se: - A reserva do autocarro para os meses de setembro e outubro de 2018, em dias úteis conforme disponibilidade dos serviços da DTEP – Divisão de Trânsito e Espaço Público. Nesse sentido, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” As referidas tabelas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – GRUPO DESPORTIVO DE SERZEDELO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO**

**- OBRAS NO CAMPO DE JOGOS –** Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo de Serzedelo tem realizado diversas obras de requalificação do seu complexo desportivo, dotando-o das condições indispensáveis para a prática desportiva para mais de uma centena de atletas, numa manifesta aposta na formação desportiva de base. Esse aumento substancial do número de atletas, porém, exige investimentos significativos na melhoria das condições de uso do seu complexo desportivo, pelo houve necessidade de ser restaurada a bancada e principalmente um muro de suporte do campo de jogos, de forma a garantir a necessária segurança de todos os intervenientes, quer sejam atletas ou espetadores, solicitando ao Município um apoio para este fim. Nesse sentido, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães proponho que se atribua um subsídio extraordinário ao Grupo Desportivo de Serzedelo, no valor de 34.305.00 euros (trinta e quatro mil trezentos e cinco euros), para apoio às obras de beneficiação já concluídas no muro e bancada do seu complexo desportivo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----

*domingo 21/09/18*

